

Arqueologia, Memória e Patrimônio Cultural: interfaces na construção da identidade

Jacionira Coelho Silva **

Resumo

O processo de construção do conhecimento no âmbito da Arqueologia presentifica o passado e cria identidades para os povos pretéritos e possibilidades de identificação para os povos no presente. Nesse processo, a apropriação dos bens culturais arqueológicos implica em compromisso ético em duas instancias: a legal, com maior facilidade de controle pelo órgão público fiscalizador dos bens culturais da União, e a pessoal, que depende da postura do pesquisador diante do exercício da profissão. É nesse viés, o da ética do pesquisador, que se dá a construção ou até mesmo a desconstrução (sentido literal) de identidades de povos pré-históricos.

Palavras-chave: bens culturais – identidade – memória e ética

Abstract

The process of constuction of the knowledge in Archaeology brings the past to the present e creates identities for the past people and possibilities for the present ones. In this process, the appropriation of archaeological cultural possessions implies ethical commitment in two instances: the legal one, which one has easier control by the inspector public institution of the Federal Government, and the private one, that depends on the researcher attitude toward professional practice. It is under the ethics of the researcher that occurs the construction or even desconstruction of the prehistorical people.

Key words: cultural possessions - identity - memory and ethics

Introdução.

A Arqueologia nas últimas décadas assumiu outros papéis que não somente o de resgatar vestígios do passado. Na medida em que esses vestígios passaram a ser denominados bens arqueológicos, bens culturais, sob a intervenção protecionista das políticas públicas, novas práticas sociais foram sendo introduzidas na arqueologia, exigindo que outras categorias profissionais se institucionalizassem, entre as quais a dos educadores patrimoniais, cujas atividades no momento atual, são ainda realizadas pela maior parte dos arqueólogos.

A ascensão do patrimonio cultural entre os temas mais debatidos na contemporaneidade redimensionou o papel dos objetos arqueológicos e da Arqueologia, com base no tripé direito à cidadania, memoria e identidade cultural. Nas últimas décadas, a marcha ascensional do patrimonio se deu concomitantemente com as discussões em torno da globalização econômica, enquanto ameaça às identidades culturais nacionais.

*

Professora do Curso de Arqueologia da UFPI

Poerner retrata os primórdios da preservação do patrimônio cultural, ao inventariar as perdas e ganhos da cultura nacional ao longo tempo, lembrando o tombamento de Ouro Preto em 1933, pelo decreto 22.928, de 12 de julho, e a inclusão na Constituição de 34, de um artigo que defendia o incentivo à cultura, a proteção do patrimônio cultural e a assistência ao trabalhador intelectual (1997:31). Não menciona o Decreto-Lei de 25, que protegia os vestígios arqueológicos, sobretudo, os sambaquis, em fase de destruição pela exploração da cal.

Relata, no entanto, o ato de D. André de Melo e Castro, conde de Galveias, como o primeiro ato de preservação patrimonial no país. Vice-Rei do Brasil em 1742, Melo e Castro defendeu o Palácio das Duas Torres, em Recife, construído por Mauricio de Nassau, contra a instalação de quartéis ordenada pelo Governador da Capitania de Pernambuco. Admoestou o Governador sobre o uso violento que os soldados fariam do edifício, demolindo-o, perdendo-se “memória tão ilustre”, como já acontecera a “outros edificios famosos”, só para poupar “miseros dez ou doze mil cruzados”, destinados aos novos quartéis. Por “um preço tão vil” iria se expor e sepultar “na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação” e arremata: “lhe será mais útil fabricar-se quartéis novos, do que bulir no Palácio das Duas Torres” (*apud* Poerner, *id*: 118).

Era igualmente o primeiro ato de transliteração de um símbolo: o vencedor apropriando-se da memória do vencido, reconhecendo seu “engenho e arte”.

1. Patrimônio cultural e identidade: interface da ética nas práticas sociais

O patrimônio cultural se firmou no Brasil como fundamento concreto de identidade nas primeiras décadas do século XX, consequência do movimento de renovação cultural da Semana de 22. O repensar a cultura brasileira sacralizou os bens culturais como símbolos da cultura nacional. Corolário desse movimento foi a preocupação com o *resgate* e a *preservação* da memória, a proteção de bens públicos que se tornam novos símbolos, legitimados em textos legais, sob a égide de organismos internacionais ao longo do tempo (Silva e Rocha, 2004). Esses símbolos representam a nacionalidade brasileira, refundam a identidade nacional e abrangem desde os *monumentos* atuais, no sentido mais amplo que lhes atribui Le Goff (2003: 525-541), aos de tempos imemoriais, os pré-históricos. Leis e órgãos são criados posteriormente e, paulatinamente, têm suas funções estendidas. O patrimônio é preservado, suas categorias ampliadas, e grupos sociais e étnicos contemplados no tornar-se cidadão (Bastos, 2007), inserção social marcada pelos seus próprios bens.

Desde então, bens materiais e imateriais têm sido levantados, catalogados e estudados em todo o país. Busca-se produzir fontes documentais que justifiquem a *monumentalização* do patrimônio cultural (no sentido de lembrar, advertir de Choay, 2001:17), sobre o qual recai o sentimento de pertencimento de determinada comunidade.

A sacralização do patrimônio, contudo, na maioria das vezes acontece à revelia dos representados nessa simbologia. A institucionalização dos bens culturais, entre eles os arqueológicos e, em particular, os pré-históricos, redundam em ambiguidades que se manifestam mais, ou menos claramente, dependendo do grau de importância que lhe atribui a sociedade, do nível de representação adquirido. Trabalhar com esses bens implica em direcionar o envolvimento emocional da sociedade. Nesse aspecto, perguntamos: até que ponto podemos interferir na afetividade de um grupo, de uma comunidade, e dirigir seu apego emocional para um ou outro bem cultural?

Os pensadores das práticas educativas patrimoniais vêm alertando com veemência contra as ações que interferem com o pensar e o sentir das comunidades, e sugerem ações que promovam o repensar a própria cultura pelos grupos locais, sem uma imposição de valores. Entre eles, destaca-se Ana Mae Barbosa (1991), seguidora da pedagogia de Paulo Freire (1998) por sua vez participante das idéias da metodologia ação-interação que difundiu o conceito da *Heritage*. Para Barbosa o “entendimento de cruzamentos culturais”, intra e intergrupais em torno da diversidade cultural e racial, como motivo de orgulho e elevação da auto-estima dos grupos, favorecerá a apropriação da multiculturalidade brasileira com reconhecimento das diferenças e similitudes e o respeito pelo outro (1998: 93-4).

Horta *et alii* (1999), a partir de um conceito abrangente de Herança e de metodologia transdisciplinar para a educação patrimonial, preconiza o modelo das três vertentes: crítica, interação e auto-avaliação, levando em conta qualquer evidência cultural e natural, material ou imaterial, seja “uma paisagem, um canto de pássaro, um parque, um sítio arqueológico, um centro histórico urbano, uma comunidade da área rural, um ritual, saberes populares”..

Para essas autoras, os fenômenos culturais são fontes primárias do conhecimento, processo ativo que leva à apropriação e valorização da herança cultural; a educação patrimonial é instrumento de alfabetização cultural e práxis humanizadora, com a inclusão sócio-cultural dos grupos numa sociedade multicultural; consideram essa prática educativa na interface com a preservação do meio ambiente; e a transdisciplinaridade como parte de um processo permanente e sistemático no âmbito educacional, formal e informal. Acompanhando

P. Freire, defendem praxis educativas criadoras de referências identitárias por indivíduos e pela sociedade, a partir do conhecimento de si mesmos.

2. Patrimônio cultural, cidadania e memória: a interface com a gestão pública

O tema cidadania, desde a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, vem permeando as políticas públicas, através de atos que buscam alijar da memória nacional o período de exceção vivido pela sociedade brasileira até então. O contentar as comunidades conferindo-lhes ocasiões de elevação da auto-estima, passou a permear bens e práticas culturais erigidas em monumentos da cultura nacional. Construir uma nova cidadania implicava injetar-lhe novo ânimo, criar-lhe uma identidade nova, portadora de novos significados e valores. A princípio, apenas edificações faustosas eram tombadas. Lentamente outros *monumentos* foram sendo objetos de proteção nas três instâncias administrativas, a pedido das comunidades. No bojo desse fazer memória-identidade, foram incluídos os patrimônios naturais, atualmente considerados culturais (Resewitz, 2004; Leff, 2002), fazendo parte das duas categorias (Silva e Rocha, 2004).

Contudo, nem sempre o tombamento de monumentos atendia às reivindicações de grupos. À revelia das comunidades, “sem uma relação com o tempo vivido e com a memória”, portanto sem sua “função antropológica” (Choay, 2006:18) não alcançava a legitimação popular e, ao contrário do que se pretendia, sabia-lhes como uma imposição, como monumentos memoriais, não como os afetivos construídos pela memória (Riegl, 1984). Assim como o conceito de monumento só foi cristalizado quando a proposta de conservação veio junto com a identificação (Choay, 2001:14), a preservação pela população de um bem patrimonial instituído pela gestão pública só acontece com a aceitação afetiva desse bem, ou ao menos quando lhe atribui um significado particular.

Dessa forma, no âmbito do patrimônio cultural, a preservação adquire uma dimensão social ao interferir nas identidades locais, nas suas preferências, nos seus valores. Nessa encruzilhada de interesses da gestão pública e da coletividade, assoma a ética daqueles que detêm o poder legal e/ou o poder do conhecimento.

A memória, por outro lado, é uma construção coletiva e por isso sofre ação das forças sociais, nas suas dimensões imaterial e a-temporal. No decorrer da interação pesquisador-agente educacional e comunidades, a memória, tanto pode ser feita, quanto revivida, quando algumas manifestações culturais em vias de desaparecimento são lembradas e os portadores da memória desse patrimônio podem se sentir estimulados em mantê-las vivas.

É nesta fase de interação que Bourdieu (1991) sugere o exercício de uma estrita vigilância metodológica por parte do pesquisador-agente educacional a fim de não se deixar envolver pelas “representações ingênuas do descobrimento”, mantendo uma atenção metódica ao inesperado. Contudo, na observação metódica e na análise dos relatos dos quadros de vida ou de cenas diárias é de fundamental importância não esquecer que o cotidiano é denso e deve ser analisado nos seus detalhes. Olhar no detalhe, numa relação de proximidade, nunca de cumplicidade, mas de permanente estranhamento, é sem dúvida uma questão de método que exige o exercício do olhar “microscópico”, ao qual se refere Walter Benjamin (1986). Enfim, a atitude ética do pesquisador é de fundamental importância na abordagem dos costumes locais, a fim de não interferir diretamente na auto-identificação das comunidades.

Como se tem observado, o fazer memória acontece no cotidiano das populações, mas estas não se apercebem que suas práticas constituem uma identidade e que esta identidade só existe, porque existem outros grupos populacionais com práticas diferenciadas. A práxis da ação-interação não só possibilita aos grupos e indivíduos a percepção do fenômeno, como os ajuda a encontrar o seu lugar no sistema social mais amplo e, ao mesmo tempo, a serem localizados (identificados) pelos “outros”.

A descoberta de que seus saberes, seus fazeres, seus costumes, suas tradições constituem um *corpus* patrimonial da maior significância para o restante da região e do país, e são símbolos de uma identidade própria, diferenciada dos vizinhos, proporciona-lhes a auto-confiança que lhes confere a cidadania.

3. O ofício de arqueólogo, patrimônio arqueológico e a construção de identidade

Outra interface ética perceptível ocorre por motivos análogos, porém não semelhantes, na relação do arqueólogo com o seu material de estudo. A ética é o ponto de convergência dos atores do fazer ciência e do instituir patrimônio, com o corolário de sua divulgação em um meio social que o desconhece como símbolo. Esses atores se norteiam em dispositivos legais, mas são igualmente cidadãos com suas especificidades simbólicas, suas memórias particulares. O olhar o “outro” difere do olhar-se a si mesmo, ao seu grupo, a seu lugar. Os arqueólogos, ao resgatar a memória de grupos que se perderam no tempo, dos quais só restam fragmentos, fazem escolhas, tomam decisões, a subjetividade permeando a valoração dos bens coletados. Ultrapassam os demais agentes institucionalizadores da cultura da sociedade atual na “criação” de identidade: fundam a memória de povos extintos. O distanciamento entre o passado e o presente facilita-lhes esse processo. Reconstroem

processos sociais, culturais e cognitivos a partir de fragmentos da cultura material de povos já desaparecidos, no caso da arqueologia pré-histórica.

No âmbito da Arqueologia, a identidade construída subjetivamente num meio social relacionada a aspectos particulares de uma determinada época e espaço resulta do processo de construção do conhecimento na presentificação do passado. Atribuída a povos pretéritos, possibilita a identificação das populações atuais. Por outro lado, a apropriação dos bens culturais arqueológicos no processo do conhecimento implica em compromisso ético em duas instâncias: a legal, com maior facilidade de controle pelo órgão público fiscalizador dos bens culturais da União, e a pessoal, que depende da postura do pesquisador diante do exercício da profissão. É nesse viés que muitas vezes se dá a construção ou mesmo a desconstrução de identidades dos povos pré-históricos.

A abordagem do “construir” memória de povos extintos é de inteira responsabilidade do arqueólogo e cabe ao pesquisador, por si mesmo, impor-se um compromisso de vigilância, de postura moral e ética. Para atos falhos, não abrangidos nas leis de proteção ao patrimônio arqueológico, a única sanção que pode sofrer é a censura dos pares. Uma das obrigações no exercício dessa profissão é “a devolução social do conhecimento científico sobre a pré-história... [como] uma questão de ordem ética e moral para os produtores de ciência dessa área” (Silva, 2003:2).

A expressão *devolução social* começou a surgir em meados da década de 90 passada, nos relatórios de equipe de pesquisadores do Nordeste, que timidamente esboçavam práticas de educação patrimonial, atuando como agentes sociais. Para Silva, *devolução* ou *inserção social*, só se concretiza se o arqueólogo participa “na elaboração da autoconsciência de uma comunidade, fundamentada no conhecimento da pré-história como representação coletiva”, Ou seja, a internalização de um sistema de significados simbólicos proporcionaria uma identidade à população, posicionando-a socialmente entre as demais e elevando-lhe a auto-estima (2003:3).

Em suma, a prática científica permite a instituição concreta dos vestígios arqueológicos como bens culturais, patrimoniais e representativos da identidade cultural das sociedades desaparecidas, símbolos de grupos culturais, culturas ou sociedades do passado, das quais as contemporâneas se sentem herdeiras. A práxis científica com base nesse suporte ideológico, difundida por organismos internacionais, preocupados com a preservação da memória e patrimônio cultural da humanidade (OEA, UNESCO, ICOMOS, ICCOM) desde a metade do século passado, repousa, portanto, na práxis tecnológica e social de grupos

humanos desaparecidos, o que faz desses vestígios enquanto objeto de estudo, signos de presentificação de um passado dos quais as sociedades atuais se apropriam.

Nesse processo, a mediação de um segundo componente faz-se presente, o espaço utilizado por ambos os grupos, os do passado e os do presente. A identidade atribuída aos restos culturais produzidos no passado dá lugar a que se crie uma identidade para os homens modernos, como herdeiros do espaço que os artesãos desaparecidos ocuparam, enquanto seus remanescentes, descendentes ou responsáveis pela preservação de sua memória.

No momento em que se desenvolve um processo de globalização, a xenofobia que se instala obscurece o entendimento de que *identidade* se constrói com valores, muitos deles esquecidos ou escondidos, camuflados na *memória* da coletividade, à espera que sejam resgatados por uma arqueologia do social bem conduzida. Mais do Arqueologia Pública, essa construção de identidade deveria denominar-se exatamente Arqueologia Social.

Os arqueólogos no Brasil, como de resto, no mundo, têm a imensa responsabilidade de constituir patrimônio, criar memória e símbolos identitários para populações extintas, que ultrapassem a distancia temporal e aportem no presente com a carga emocional necessária à sua aceitação pelas populações contemporâneas, assegurando sua preservação.

Enfim, Arqueologia e identidade se sustentam nas práticas científicas, produtoras de patrimônio, e sociais, geradoras de cidadania.

(Em memória da arqueóloga Alice Aguiar e do historiador Armando Souto Maior)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABELON, J. & CHASTEL, A *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.
- BARBOSA, A. M. *A Imagem no Ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BASTOS, R. Lopes. “O papel da arqueologia na inclusão social”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 33 – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, p. 289 – 303, 2007.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. Consideração sobre a obra de Nicolai Leskov”, In: *Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, P. “El Sentido Práctico”, *Taurus Humanidades*, Madrid, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- FONSECA, M. C. L. *O Patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FREIRE, P. “Cultural action and conscientization”. *Harvard Educational Review*, 68(4), 499-521, 1998.

GRUNBERG, E. *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LE GOFF, J. “Documento/Monumento”. In: _____. *Historia e Memória*. 5ª ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 2003.

POERNER, A. J. *Identidade cultural na era da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1997.

REISEWITZ, L.. *Direito Ambiental e Patrimônio Cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

RIEGL, A. *Le culte moderne du monument*. Paris: Le Seuil, 1984.

SILVA, J. Coelho. *Memória e patrimônio arqueológico*. Comunicação, V Congresso Regional do Nordeste e XXI Cong. Nacional de História (História e Memória) - ANPUH, Recife, UFPE, 2004.

SILVA, J. Coelho; ROCHA, Alessandra S. “Arqueologia, patrimônio e ambiente cultural. Alguns aspectos legais”. *Clio Arqueológica*, n. 17. Recife: UFPE, p. 6-16, 2004; Comunicação, V Congresso Regional do Nordeste e XXI Cong. Nacional de História (História e Memória) - ANPUH, Recife, UFPE, 2004.

SILVA, J. C. Arqueologia no Médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2003.

THOMPSON, Paul (1998). *A voz do passado*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.